

## **O Mundo em Português Nº16**

Janeiro 2001

### **Uma Presidência Incompleta**

Teresa de Sousa

Depois de uma presidência francesa que não deixou saudades a ninguém, a Suécia faz a sua estreia na condução semestral dos destinos da União Europeia ambicionando dar de si própria uma imagem de eficácia e de pragmatismo que atenua a sua frieza em relação ao projecto europeu e as limitações inerentes ao facto de não ser membro do euro.

A Suécia será, aliás, o primeiro país a não exercer integralmente a presidência, cedendo à Bélgica a condução das questões relativas à moeda única.

Estocolmo elegeu para temas fortes da sua presidência dossiers que correspondem melhor ao modo como vê a evolução da União e que são, também, mais populares junto da opinião pública interna. São eles o alargamento da UE que a reforma institucional de Nice catapultou agora para o topo da agenda europeia; as reformas económicas e sociais que acelerem a liberalização dos mercados e a revolução tecnológica, sem deixar de acentuar a dimensão social do modelo europeu; finalmente, as medidas de natureza ambiental, nas quais a Suécia é (como, aliás, nas novas tecnologias) um dos países mais avançados da Europa.

Nestes domínios, o governo do social-democrata Gören Persson está em condições de exercer uma boa presidência, dando um novo impulso à "estratégia de Lisboa" para a modernização da economia europeia, ao mesmo tempo que evita alguns dossiers de natureza política com os quais o eurocepticismo sueco continua a lidar muito mal. A Suécia é, com o Reino Unido, o país que acompanha com maior dificuldade e desconfiança o aprofundamento da integração e o mais avesso a qualquer tendência de natureza supranacional ou federal.

A adesão à UE, apenas em 1995, correspondeu a uma opção fundamentalmente económica e resultou da pressão dos sectores empresariais preocupados com o risco de ficarem de fora do grande mercado interno. O referendo realizado em 1994 para ratificar o tratado de adesão recolheu pouco mais de 50 por cento de apoios e as sondagens continuam persistentemente a revelar um apoio à UE que é dos mais baixos entre os Estados membros.

Ainda hoje, a maioria dos partidos parlamentares encontram-se profundamente divididos relativamente às vantagens de pertença à UE, sendo alguns — os que se situam à esquerda do Partido Social Democrata — abertamente contra. Apenas o pequeno Partido Liberal não enjeita uma visão federal da Europa, rejeitada por todos os outros, incluindo os sociais-democratas.

A visão que predomina largamente entre as elites políticas não se distancia da tradicional visão britânica, apoiando tudo o que vá no sentido de reforçar o grande mercado interno e a componente intergovernamental da UE, e rejeitando tudo ou quase tudo que vá no sentido do aprofundamento da integração política e do federalismo europeu.

Deste ponto de vista, o exercício da presidência, se bem conduzido em termos internos, pode revelar-se a oportunidade ideal para atenuar as desconfianças da opinião pública relativamente à integração e dar-lhe uma visão mais real e mais serena do que é hoje a União Europeia. Portugal teve de esperar pelo exercício da sua primeira presidência, em 1992, não tanto para que os portugueses fizessem as pazes com a Comunidade (os níveis de apoio foram altos desde o início), mas para que fosse possível ao país sentir-se como verdadeiramente europeu.

Quanto às dificuldades que a presidência vai encontrar, elas não decorrem apenas do facto de a coroa sueca estar fora da UEM. A Suécia mantém o seu estatuto de neutralidade (o debate sobre uma eventual adesão à NATO, já a decorrer na Finlândia e na Áustria, nem sequer começou), o que irá dificultar a gestão da nova dimensão militar da União e, sobretudo, as complexas negociações com a Aliança Atlântica e a Administração americana nesta matéria. A chegada de George "W" Bush à Casa Branca tornará a vida ainda mais difícil a Gören Persson. A União terá agora de lidar com um Presidente americano que, ao contrário de Bill Clinton, não vê com olhos tão favoráveis as pretensões de autonomia da Europa e que pode vir a levantar alguns problemas sérios nos Balcãs.

Em matéria de política externa, Estocolmo procurará levar a Europa a olhar com mais atenção para o grande vizinho do Norte e para a região do Báltico, da qual a Suécia quer fazer uma espécie de zona de influência para os seus negócios e a para a irradiação das novas tecnologias.

Finalmente, também não será fácil para a Suécia conduzir o debate interno da União sobre o seu próprio modelo institucional que Nice não encerrou, pelo contrário, tornando-o ainda mais urgente. Com uma reforma agendada para 2004 e um calendário detalhado de preparação que passa fundamentalmente pelo debate sobre o que pode ser uma Constituição europeia, Gören Persson terá de fazer um exercício de equilíbrio político para não defraudar as expectativas dos seus parceiros e, ao mesmo tempo, não perturbar a opinião pública interna com uma questão para a qual os suecos continuam a olhar com enorme desconfiança.